

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
(ORGANIZADOR)




**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Atena
Editora

Ano 2020

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME
(ORGANIZADOR)



**A EDUCAÇÃO COMO DIÁLOGO
INTERCULTURAL E SUA RELAÇÃO
COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

Atena
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
 Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
 Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
 Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
 Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
 Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
 Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
 Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
 Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Douglas Santos Mezacas -Universidade Estadual de Goiás
 Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
 Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
 Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
 Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Me. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
 Profª Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
 Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
 Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E724 A educação como diálogo intercultural e sua relação com as políticas públicas [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-58-4

DOI 10.22533/at.ed.584201903

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Guilherme, Willian Douglas.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” reuni pesquisas entorno de um debate atualizado e propositivo sobre a educação no Brasil. Apresentamos um conjunto de resultados e propostas que visam contribuir com a educação brasileira a partir de um diálogo intercultural e suas relações com as políticas públicas em educação.

São 108 artigos divididos em 5 Volumes. No Volume 1, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Políticas Públicas, Gestão Institucional e História e Desafios Socioeducacionais, totalizando 20 textos inéditos.

No Volume 2, os temas selecionados foram Educação Superior e Formação de Professores. São 21 artigos que chamam para um diálogo propositivo e instigante. O índice é um convite a leitura.

Compõe o Volume 3, 25 artigos em torno das temáticas Prática Pedagógica, Educação Especial e Interdisciplinaridade. Este volume é bem crítico e traz propostas inovadoras que merecem atenção especial do leitor.

O Volume 4 traz 20 artigos bem estruturados e também inéditos que discorrem sobre práticas e propostas para a prática do uso das tecnologias em espaço escolar e da Educação de Jovens e Adultos.

Fechamos a obra com 22 artigos selecionados para o Volume 5, agrupados em torno das temáticas do Ensino Fundamental, da Educação Infantil e de Gênero e Racismo.

A obra “A Educação como Diálogo Intercultural e sua Relação com as Políticas Públicas” está completa e propõe um diálogo útil ao leitor, tanto no desenvolvimento de novas pesquisas quanto no intercâmbio científico entre pesquisadores, autores e leitores.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

CAPÍTULO 1	1
A ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES À ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS	
Wellyngton Chaves Monteiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5842019031	
CAPÍTULO 2	8
A LEI 11.645/2008 E O ENSINO DE HISTÓRIAS E CULTURAS INDÍGENAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, MINAS GERAIS, BRASIL	
Adriano Toledo Paiva	
DOI 10.22533/at.ed.5842019032	
CAPÍTULO 3	21
AS PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: OS ESTUDOS DESENVOLVIDOS SOBRE O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) NA REDE UNIVERSITÁRIA/BR	
Júlia da Silva Rigo Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.5842019033	
CAPÍTULO 4	34
AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA: PROVA BRASIL HISTÓRIA: CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS	
Arcielli Royer Nogueira Adrian Alvarez Estrada	
DOI 10.22533/at.ed.5842019034	
CAPÍTULO 5	46
IMPLANTAÇÃO DO PNAIC EM SÃO PAULO: UM ESTUDO DE CASO	
Josi Carolina da Silva Leme Maria Iolanda Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.5842019035	
CAPÍTULO 6	54
O “JEITINHO” PARA ACABAR COM A CORRUPÇÃO: #HONESTIDADE	
Expedita Estevão da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5842019036	
CAPÍTULO 7	67
TRABALHO E EDUCAÇÃO DE JOVENS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA/PR	
Liliane Pinheiro Patrícia Correia de Paula Marcoccia	
DOI 10.22533/at.ed.5842019037	

CAPÍTULO 8 75

VIOLÊNCIA POLICIAL NA PERIFERIA: QUE CONTRAPONTO? - UM ESTUDO DE CASO ENTRE LISBOA E O RIO DE JANEIRO

Elisabete Eugénia Pinto dos Santos Pessanha Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.5842019038

GESTÃO INSTITUCIONAL

CAPÍTULO 9 88

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO DOS PROCESSOS EDUCACIONAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Patrícia de Lemos Negreiros Tavares

Fernanda Nascimento Severo

Heraldo Simões Ferreira

Deborah Ximenes Torres Holanda

José de Siqueira Amorim Júnior

Maciel Nascimento de Araújo

Tobias Junior do Bomfim Ferreira

Raphaela Mota Feitosa Vasconcelos

DOI 10.22533/at.ed.5842019039

CAPÍTULO 10 96

BULLYING E SEUS PRATICANTES: A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES

Telma Antunes Dantas Ferreira

Katarina Pereira dos Reis

Matheus Ramos da Cruz

Ulhiana Maria Arruda Medeiros

Pâmella Cristina Dias Xavier

José Antonio Vianna

DOI 10.22533/at.ed.58420190310

CAPÍTULO 11 104

O COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUAS PROPOSIÇÕES FORMATIVAS: REFLEXOS NO TRABALHO DOCENTE

Victoria Mottim Gaio

Camila Macenhan

Jaqueline de Moraes Costa

Karine Ferreira Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.58420190311

CAPÍTULO 12 117

O ESPAÇO DO PROFESSOR REFLEXIVO E PESQUISADOR NA BNCC

Wiusilene Rufino de Souza

Rosangela Duarte

Lucas Portilho Nicolleti

Ênia Maria Ferst

DOI 10.22533/at.ed.58420190312

CAPÍTULO 13 128

PROJETOS DE EXTENSÃO: DA UNIVERSIDADE A COMUNIDADE

Aline Fernanda Ventura Sávio Leite
Joyce Mary Adam

DOI 10.22533/at.ed.58420190313

HISTÓRIA E DESAFIOS SOCIOEDUCACIONAIS

CAPÍTULO 14 139

A REFORMA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PROPOSTA POR SEUS PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS EM 1968

Macioniro Celeste Filho

DOI 10.22533/at.ed.58420190314

CAPÍTULO 15 152

A RELAÇÃO ENTRE, OS “NOVOS ENCLAVES FORTIFICADOS” NO SUBÚRBIO CARIOCA E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA CIDADE ESPETÁCULO

Claudio Jorge da Silva Soares

DOI 10.22533/at.ed.58420190315

CAPÍTULO 16 165

O TRATAMENTO HISTÓRICO CONCEITUAL DA COERÇÃO NA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS DE FREUD, SKINNER E FOUCAULT

Géssica de Souza Zuliani
Giseli Monteiro Gagliotto

DOI 10.22533/at.ed.58420190316

CAPÍTULO 17 180

INFÂNCIA E CONSUMO: UMA ANÁLISE DOS MODOS DE SUBJETIVAÇÃO INFANTIS NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Alane Delmondes Nóbrega
Atiane Leles Magalhães
Fernanda Letícia Sousa Lima
Mariane Barbosa Matos
Paulo Henrique Albuquerque do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.58420190317

CAPÍTULO 18 187

O FESTEJO DAS SANTAS ALMAS BENDITAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA MORRO SÃO JOÃO EM SANTA ROSA DO TOCANTINS, BRASIL

Valdir Aquino Zitzke

DOI 10.22533/at.ed.58420190318

CAPÍTULO 19 197

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E SOCIOBIODIVERSIDADE EM ORIXIMINÁ: QUANDO O ORDENAMENTO TERRITORIAL PRODUZ O CONFLITO

Wilson Madeira Filho
Wagner de Oliveira Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.58420190319

CAPÍTULO 20	213
VISITA TÉCNICA COMO AÇÃO CONSTRUTIVA PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM	
Valclides Kid Fernandes dos Santos	
Sandra Regina Gregório	
Nilton Paulo Ponciano	
DOI 10.22533/at.ed.58420190320	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	227
ÍNDICE REMISSIVO	228

O ESPAÇO DO PROFESSOR REFLEXIVO E PESQUISADOR NA BNCC

Data de aceite: 11/03/2020

Wiusilene Rufino de Souza

Universidade Estadual de Roraima-UERR
Boa Vista-RR
<http://lattes.cnpq.br/9740922869280413>

Rosangela Duarte

Universidade Estadual de Roraima-UERR
Boa Vista-RR
<http://lattes.cnpq.br/5519281704901697>

Lucas Portilho Nicolleti

Universidade Estadual de Roraima-UERR
Boa Vista-RR
<http://lattes.cnpq.br/7250289482151314>

Ênia Maria Ferst

Universidade Estadual de Roraima-UERR
Boa Vista-RR
<http://lattes.cnpq.br/9440327013420265>

RESUMO: A presente investigação em andamento caracteriza-se pela reflexão sobre as possibilidades de ser professor reflexivo e pesquisador no contexto da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). O interesse por este tema investigativo é concomitante a implementação da BNCC e a preparação dos profissionais da educação para o exercício da sala de aula, buscando desta forma, enriquecer o nosso objeto de estudo – a Formação

Continuada dos professores tendo a Escola como espaço reflexivo constituído pela prática da “ação-reflexão-ação”, constitutiva da “arte de fazer” da profissão professor reflexivo e pesquisador, em formação contínua, proposto por Schön (2000). O objetivo deste artigo é identificar as questões relacionadas ao professor reflexivo e pesquisador na BNCC, de modo a possíveis reflexões sobre a influência que ela traz para a formação docente. O problema de pesquisa é: quais contribuições a BNCC traz ao professor reflexivo e pesquisador? A metodologia utilizada foi a análise bibliográfica do texto da BNCC (2017) com o auxílio de teóricos como Demo (2005), Schon (2000), Nóvoa (2001) e Tardif (2014). Desse modo, percebemos até o momento, que a BNCC trouxe contribuições e incentivo ao professor reflexivo e pesquisador, ao especificar ações como a orientação para os professores buscando contínuo aperfeiçoamento principalmente quanto ao domínio e das dez competências. Porém, desvela-se que para além do direito ao aperfeiçoamento profissional continuado, também deve-se aperfeiçoar o ambiente de trabalho em que este profissional está inserido.

PALAVRAS-CHAVE: Formação continuada. Políticas públicas. Professor reflexivo.

REFLECTIVE TEACHER AND
RESEARCHER'S SPACE AT BNCC

1 | INTRODUÇÃO

O desejo de aprimoramento sobre a temática em questão emergiu da minha prática profissional, enquanto professora da rede estadual de ensino de Roraima e acadêmica da disciplina de Formação do Trabalho Docente: Tendências e abordagens do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Roraima - UERR. Destaca-se o interesse circunstanciado de preocupações em relação a prática do professor reflexivo e pesquisador, no contexto da Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

No Brasil, a temática da formação continuada de professores é contemplada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96, em seu artigo 63, a qual traz em seu texto o “aperfeiçoamento profissional continuado”. Dada a importância desta continuidade dos estudos e práticas pedagógicas está destacada também no seu artigo 67. Assim, as recomendações da LDB 9394/96 tornam necessária a implementação de investimentos, para a realização de pesquisas, objetivando a melhoria da ação pedagógica.

Vê-se, a partir daí, a necessidade de se formar professores que reflitam sobre a sua própria prática, pois a reflexão será um instrumento de desenvolvimento do pensamento, da ação e de desenvolvimento profissional. Dessa maneira, o professor passa a ser visto como sujeito que constrói seus conhecimentos profissionais a partir de sua experiência e saberes através da prática reflexiva e pesquisadora.

Desse modo, o objetivo desta pesquisa, em andamento, é dialogar com a BNCC para identificar as questões relacionadas ao professor reflexivo e pesquisador, de modo a desencadear possíveis reflexões sobre a influência que ela traz para a formação docente. E o problema de pesquisa é: quais contribuições a BNCC trouxe de incentivo para o professor reflexivo e pesquisador?

No que concerne à metodologia utilizada para nortear a busca de respostas para o referido problema foi realizada uma revisão e análise de literaturas: inicialmente da BNCC (2017) e, em seguida, foi dialogado com autores tais como: Schön (2000), Nóvoa (2001), Freire (1996, 2019), Demo (2005), Alarcão (2011), Pimenta (2005) e Tardif (2014). Ainda para melhor compreensão, buscou-se nas publicações atualizadas que discorrem sobre o tema considerar o pensamento de Marchelli (2017), Gregoski (2018), Costa, Souza e Cabral (2019).

A partir deste estudo, espera-se que este artigo possa contribuir para a sensibilização do perfil do atual profissional da educação em especial aos professores quanto a importância da formação continuada e do seu aprimoramento com vista a emancipação tanto sua quanto do aluno.

2 | A FORMAÇÃO DO PROFESSOR REFLEXIVO E PESQUISADOR

O trabalho do professor engloba várias instâncias escolares e dialoga com os processos de produção e disseminação do conhecimento e para isso, utiliza-se de diferentes instrumentos, contudo, sabe-se, que a atuação desse profissional é evidenciada verdadeiramente no contexto da sala de aula. Acredita-se que esse enfoque na prática pedagógica dissociada de todo o processo que a antecede, deve-se a uma visão limitada das várias instâncias por que passa a formação do profissional docente.

Assim, é importante que se discuta aspectos sobre a formação do professor para além da sala de aula, dando-lhe condições de administrar sua própria realidade escolar. Para tal, faz-se necessário uma abordagem contra hegemônica, que o conceba também como reflexivo e pesquisador, possuidor de um objeto de pesquisa, de reflexão e de análise, e não apenas instrumentalize sua prática profissional (NÓVOA, 2001).

Ao dialogar com Tardif (2014), o professor não deve ser visto apenas como objeto de estudo, mas sobretudo como sujeito do conhecimento. Assim, a escola se torna o espaço apropriado para o aprimoramento deste profissional, principalmente diante de tantas necessidades que exigem atitudes reflexivas e emancipadoras.

Corroborando com pensamento de Alarcão, (2011, p. 50): “queremos que os professores sejam seres pensantes, intelectuais, capazes de gerir a sua ação profissional. Queremos também que a escola se questione a si própria, como motor do seu desenvolvimento institucional”. Nesta direção e, a partir do pressuposto de que educar não se constitui em um processo realizado apenas em momentos e condições cômodas, entende-se a necessidade de ter a prática reflexiva e pesquisadora como partes integrantes do processo de formação da consciência crítica do professor. Dessa forma, é necessário que a prática reflexiva e a pesquisa se tornem atividades cotidianas para este profissional, por meio da qual se descortina o mundo de forma crítica (DEMO, 2005).

Desse modo, ao problematizar, analisar, criticar e/ou compreender suas práticas, o professor produz significados e seu conhecimento pode direcionar um processo de transformação das práticas escolares. Entretanto, não se pode deixar de mencionar que embora o professor se constitua num dos pilares do processo de ensino e de aprendizagem, ele não é o único fator a ser considerado, pois um professor formado como profissional reflexivo sozinho não tem condições de lidar com as incontáveis e diferentes situações-problema no seu cotidiano.

A partir da tendência progressivista e de acordo com Schön (2000), o desenvolvimento da cultura de uma prática para a formação de um profissional reflexivo e pesquisador, pautados na ação do aprender fazendo, continua em

processo em três ideias centrais: “a reflexão-na-ação, a reflexão-sobre-a-ação e a reflexão-sobre -a -reflexão-na-ação” (SCHÖN, 2000, p.33). Movimento este que o conduz para a prática reflexiva e para a construção de novos conhecimentos, assim direcionando-o para a ação do professor pesquisador.

Conforme Pimenta (2005),

Entendemos que uma identidade profissional se constrói a partir da significação social da profissão, da revisão constante dos significados sociais da profissão, da revisão das tradições. (...) Ainda, do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Se constrói, também, pelo significado que cada professor, enquanto ator e autor, confere à atividade docente no seu cotidiano, a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e anseios, do sentido que tem em sua vida o ser professor. Assim como a partir de sua rede de relações com outros professores, nas escolas, nos sindicatos e em outros agrupamentos. Por isso, é importante mobilizar os saberes da experiência, os saberes pedagógicos e os saberes científicos, enquanto constitutivos da docência, nos processos de construção da identidade de professores. (PIMENTA, 2005, p.12)

Neste sentido, o profissional docente é antes de tudo um ser humano, portanto dotado de sentimentos e, a apropriação do conceito de professor pesquisador e professor reflexivo, não deve compreender apenas a formação e a prática dos professores, tampouco ser o foco exclusivo das reformas educacionais. Fatores como as condições de trabalho, a valorização social da função do ser professor, bem como os diferentes aspectos que abarcam a relação ensino e aprendizagem nas salas de aula e o processo educativo como um todo, também precisam ser considerados. (FREIRE, 2019, p.21).

Destaca-se que os marcos legais que embasam a BNCC (2017) abrangem a Constituição Federal (CF) de 1988, que em seu Artigo 206 já determinava que um dos princípios sobre os quais o ensino deveria ser ministrado com base na valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional (BRASIL, 2009).

Diante deste cenário visualiza-se um profissional que mais do que nunca precisa desenvolver a prática reflexiva e questionadora, inquieto e que procura perceber-se enquanto profissional da educação, reconhecendo sua função social e indo além do proposto no documento da BNCC. É correto que o professor exerça sua função, de acordo com a legislação vigente no Brasil, porém ser professor reflexivo e pesquisador é ir além dos muros da escola e do determinado por tais políticas, que visam atender as exigências capitalistas do mercado de trabalho. Daí a importância de manter-se atualizado conhecer nas entrelinhas as leis e políticas que regem a função do papel do professor e da escola.

3 | A BNCC E O PROFESSOR REFLEXIVO E PESQUISADOR

A função primordial da BNCC (2017), é orientar as aprendizagens desenvolvidas no ambiente escolar e embora o foco desse processo seja o aluno, questões como a formação dos profissionais da educação são de extrema importância para obtenção de êxito, diante dos desafios propostos pela própria Base. Assim, é imprescindível que seja propiciado pela BNCC oportunidades para que o corpo docente atualize suas práticas constantemente. A formação continuada dentro da escola, torna-se o espaço oportuno para reflexão e a prática do professor pesquisador juntamente com seus pares.

Neste sentido Marchelli (2017), corrobora quando afirma que:

A ideia construída a partir da leitura da BNCC é que o professor capaz de realizar os objetivos por ela assumidos precisa de uma formação inicial absolutamente diferente daquela atualmente praticada pelos cursos de licenciatura que estão em funcionamento no Brasil. A integração do currículo em áreas de conhecimento e o trabalho interdisciplinar pressupõe uma formação pautada em conceitos que por força da Base condicionarão as políticas voltadas para a preparação de professores e a elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos. (MARCHELLI, 2017 p.56).

No atual contexto educacional no Brasil, o professor pode iniciar o seu processo reflexivo e pesquisador a partir da apropriação dos conhecimentos e saberes apresentados no documento que constitui a BNCC. Para isso, se deve apropriar dos conceitos e ideias que o documento apresenta.

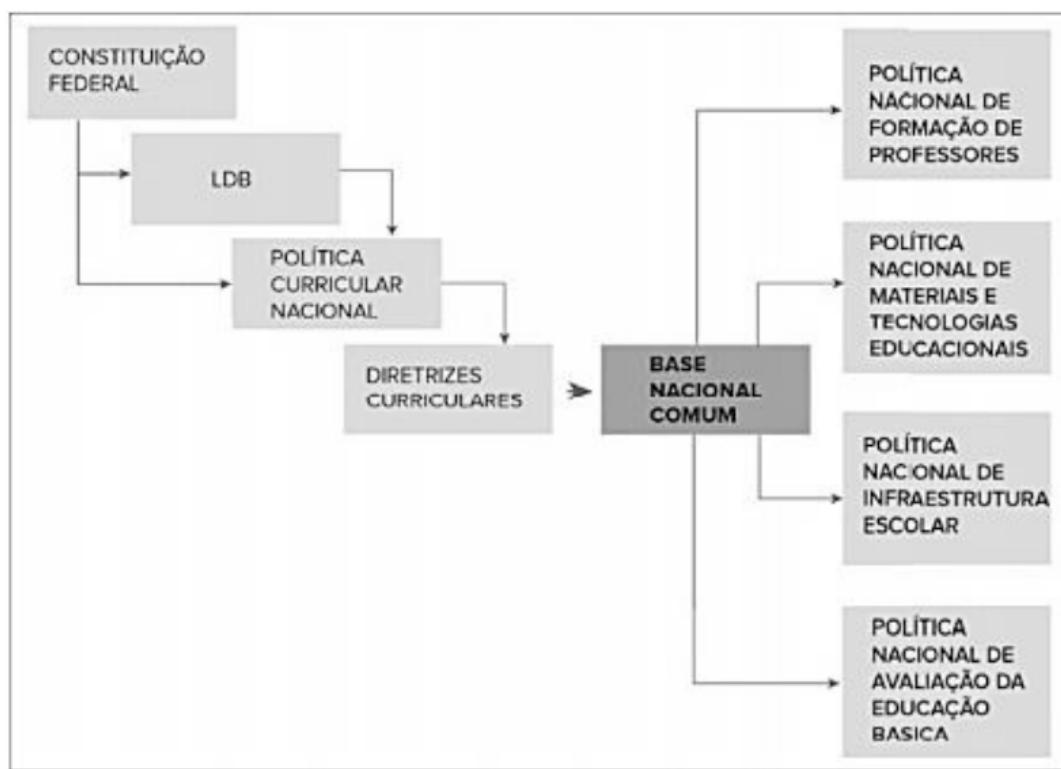
Partindo do pressuposto, que todos os professores tem consciência das ideologias dominantes que enraizam este documento é no espaço escolar, através das formações continuadas, que o professor reflexivo e pesquisador pode vir a desenvolver competências e habilidades advindas no texto da BNCC. Porém, somente através de estudos e análises o professor poderá reagir ao desvelamento da realidade imposta no documento realizando práticas comprometidas com a promoção de uma “educação emancipadora e libertária” como preconizava Paulo Freire (1996).

Dessa forma, a postura do professor reflexivo e pesquisador sobre sua prática de forma sistemática e com base no rigor científico favorece, de acordo com FREIRE (1996), a construção social, ética e política e emancipatória da sua função. Essa perspectiva é que se justifica a luta pela transformação da educação num objetivo claro e necessário para a reconstrução de uma prática diária reflexiva e pesquisadora, como Freire (1996), incansavelmente insistiu em toda a sua obra, ou seja, pela práxis: ação refletida e reflexionada na teoria. Mas não qualquer práxis, e sim a práxis comprometida ética e politicamente com a constituição do ser professor e com uma educação de qualidade.

De acordo com Costa, Souza e Cabral (2019), ao referir-se à formação de

professores na BNCC, as autoras destacam que esta recebe atenção e agenda mediante as políticas públicas, voltadas para o trabalho na atual sociedade capitalista. Diante desta sociedade capitalista a educação é “um campo nevrálgico para as determinações do atual sistema. E o Estado passa a ser um relevante canal da materialidade das políticas e práticas neoliberais” (COSTA, SOUZA, CABRAL, 2019, p.101). Para as autoras, a BNCC vem evidenciar o processo de exploração sobre os trabalhadores da educação.

A imagem abaixo é uma sucinta linha do tempo no que tange a formação continuada no atual contexto educacional.



Quadro 1- Linha do tempo da formação docente

Fonte: Brasil, 2016.

A partir deste contexto que antecede a construção da BNCC observa-se no quadro acima, uma política de continuidade com vista a melhorar a qualidade do ensino no território brasileiro. Diante desse olhar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no artigo 67, mantém os princípios já expressos na CF de 1988 que assegura os direitos aos docentes do magistério público: aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; piso salarial profissional; progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho e condições adequadas no exercício da profissão.

E por fim, no texto da BNCC (BRASIL, 2017) tem-se como elementos importantes

na formação do professor, “criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem” (BRASIL, 2017, p.17).

A proposta da BNCC para a formação do professor, vem pautada no contexto das dez competências para a formação de um aluno integral, exigindo uma educação que compreende, por exemplo, o uso de ferramentas tecnológicas. Mediante esta exigência o professor deve ter clareza do papel fundamental da tecnologia e que o estudante deve dominar o universo digital, sendo capaz, de fazer um uso qualificado e ético das diversas ferramentas existentes, de compreender o pensamento computacional e os impactos da tecnologia na vida das pessoas e da sociedade.

Por outro lado, o professor que não dominar esta competência não saberá ensiná-la. A escola terá que propiciar oficinas de produções e de domínios de aparatos digitais tanto para o professor quanto para os alunos. Isso sem mencionar o fato de que os ambientes escolares em grande parte se encontram defasados no que tange a aparatos tecnológicos. Além disso, as escolas ainda carecem ser preparadas com equipamentos que possibilitem a prática desse contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem, através do uso de tecnologias.

Embora a BNCC destaque a importância do desenvolvimento socioemocional do aluno, compreende-se que o êxito dessa proposta está intrinsecamente relacionado ao princípio estabelecido na Constituição, já que a formação continuada de professores não pode se reduzir apenas a uma racionalidade técnico-formativa, mas abrir-se à reflexão e contemplar também um significativo trabalho emocional que lhes proporcione um apoio no processo de mudança. E tal mudança compreende também o ambiente de trabalho bem como os recursos disponíveis para sua realização.

Diante do exposto até o momento, este estudo identificou questões na BNCC relacionadas a formação do professor reflexivo e pesquisador e as contribuições para o aprimoramento de sua prática. Sem a intenção de esgotarmos esta reflexão, colocamos em destaque que:

- ▶ A prática do professor reflexivo e pesquisador será norteada pelas dez competências da BNCC;
- ▶ Que o professor reflexivo e pesquisador é, no atual contexto educacional, um mobilizador de saberes e um crítico de sua ação pedagógica;
- ▶ É necessário um processo de formação continuada dentro da escola criteriosamente pensado, organizado e seriamente executado de forma intencional e objetiva para a consistência de uma práxis transformadora.

As dez competências da BNCC como norteadora da prática do professor

reflexivo e pesquisador pode contribuir para sua formação continuada. O objetivo é melhorar a forma como ele lidará com seus alunos, com vista a combater as relações sociais excludentes.

Conforme Costa, Souza, Cabral, (2019, p.112) a “construção dos princípios de gestão democrática nas práticas formativas no interior de nossas escolas, assume práticas educativas com o compromisso social, político e ético com um projeto de formação emancipador e transformador”, constatando-se que a prática do professor reflexivo e pesquisador está diretamente atrelada as dez competências da BNCC.

O professor reflexivo e pesquisador um mobilizador de saberes e um crítico de sua ação pedagógica, remete-nos a Gregoski (2018), a qual apresenta em sua narração que a realidade tem demonstrado que o professor se tornou o centro da discussão quando se fala em educação. Um professor mobilizador de saberes, crítico, reflexivo e pesquisador de sua ação, além de se conscientizar da necessidade da formação continuada, para melhorar a sua prática na sala de aula, buscará através da reflexão sobre a reflexão na ação, ampliar de forma pessoal o seu desenvolvimento pedagógico.

Quanto ao processo de formação continuada dentro da escola, Alarcão (2011), afirma que:

O grande desafio para os professores vai ser ajudar a desenvolver nos alunos, futuros. Cidadãos, a capacidade de trabalho autônomo e colaborativo, mas também o espírito crítico. [...] O espírito crítico não se desenvolve através de monólogos expositivos. O desenvolvimento do espírito crítico faz-se no diálogo, no confronto de ideias e de práticas, na capacidade de se ouvir o outro, mas também de se ouvir a si próprio e de se autocriticar. E tudo isso é possível em um ambiente humano de compreensiva aceitação, o que não equivale, e não pode equivaler, a permissiva perda da autoridade do professor e da escola. Antes pelo contrário. Ter o sentido de liberdade e reconhecer os limites dessa mesma liberdade evidencia um espírito crítico e uma responsabilidade social (ALARCÃO, 2011, p. 34).

Diante deste contexto é que se destaca a necessidade de um processo de formação continuada dentro da escola com objetivos para a consistência de uma práxis transformadora tanto para os alunos quanto para os professores.

A maioria de nós, da educação, sabemos que a BNCC faz parte de um conjunto de políticas apoiadas pelos grandes interesses capitalista, sendo usada como um mecanismo de regulação sobre o trabalho docente. Enquanto profissionais da educação, comprometidos com uma prática crítica, emancipadora e transformadora, precisamos dar corpo a uma formação docente dentro da escola, a partir da prática da reflexão proposta por Schön (2000) e assim, propiciar a autonomia docente mediante aos processos de trabalho, da constituição crítica e problematizadora da construção do conhecimento mediante a realidade concreta.

De acordo com o pensamento de Freire (1996, p.43): “É pensando criticamente

a prática de hoje ou de ontem é que se pode melhorar a próxima prática”. E complementando esta ideia, Nóvoa (2001, p. 23) nos diz que: “O aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente”. Portanto, acreditamos que a formação continuada se dá de maneira coletiva e depende da experiência e da reflexão, como instrumentos contínuos de análise.

Neste sentido, advindo da BNCC em relação ao professor reflexivo e pesquisador, está caracterizado que há incentivo para este profissional, pois especificou ações como a orientação para os professores buscando contínuo aperfeiçoamento. Porém, percebe-se que para além do direito ao aperfeiçoamento profissional continuado, também deve-se aperfeiçoar o ambiente de trabalho em que este profissional estará inserido.

Desta forma fica evidenciado, que o papel do professor no contexto da escola a partir das epistemologias apresentadas na BNCC mudou, exigindo deste profissional conhecimentos e posturas pró ativas, que este profissional seja capaz de conduzir o seu próprio fazer e mais ainda, que pratique o hábito de refletir sobre sua ação. Quanto a formação continuada o desafio está na questão de que é preciso aprender sempre, principalmente, para enxergar a realidade em que está inserido, para que através da prática, da troca de saberes, da criatividade e pesquisa aconteça o aprendizado tanto do professor quanto aluno.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que com a homologação da BNCC (2017), não se esgotou as discussões entorno da mesma. Ao concluir a leitura deste documento fica evidenciado pouca clareza quanto ao como será implementado o fortalecimento da prática pedagógica do professor – a formação continuada.

Considerando o objetivo desta pesquisa em andamento, este estudo identificou questões na BNCC (2017) relacionadas a formação do professor reflexivo e pesquisador e as contribuições para o aprimoramento de sua prática, através da necessidade de “criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores”, ou mantê-los em “processos permanentes de formação docentes que possibilitem contínuo aperfeiçoamento”, sem especificar na prática como isso ocorrerá, caracterizando um caminho para que o professor torne-se um pesquisador. Além disso, frisa-se a importância de se compreender que para além do direito ao aperfeiçoamento profissional continuado, também deve-se aperfeiçoar o ambiente de trabalho em que o professor está inserido e a respeito, pouco é mencionado.

Como resultado da discussão constata-se, que tais mudanças irão implicar diretamente em ações e saberes que exigirão do professor práticas reflexivas

e pesquisadoras, as quais serão norteadas pelas dez competências da BNCC. Este profissional deverá ser um mobilizador de saberes e um crítico de sua ação pedagógica, deverá trabalhar com um currículo criativo, práticas inovadoras, com postura reflexiva, pesquisadora e que saiba orientar e mediar de forma solidária e afetiva a aprendizagem do seu aluno, além de dominar a transposição dos diferentes saberes.

Desse modo, até o momento da pesquisa, pode-se perceber que a BNCC trouxe contribuições ao incentivo do professor reflexivo e pesquisador embora sutis, mas que se bem compreendidas e apropriadas pelo professor, poderão fazer grandes diferenças no contexto da sala de aula, e principalmente na constituição da identidade do ser professor e do desenvolvimento de uma práxis emancipadora.

Com estas considerações não se esgotou o estudo sobre a temática, apenas buscou-se refletir sobre o processo da prática reflexiva e pesquisadora do professor a luz da formação continuada proposta na BNCC (2017), com vista a transformação da consciência epistemológica, política, ética e crítica da prática reflexiva. Ao dar continuidade nesta pesquisa, se espera que o tema aqui apresentado possa ser mais analisado, por sua relevância e por estar diretamente relacionado com as possíveis mudanças nas práticas docentes para se atingir uma educação igualitária para todos.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexivo**. 8 ed. São Paulo. Cortez, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC. 2017. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: outubro de 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

htm>. Acesso em: 28 outubro de 2019.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do senado, 1995.

COSTA, Maria da Conceição dos Santos; SOUZA, Michele Borges de; CABRAL, Maria da Conceição Rosa. **A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a formação de professores no Brasil: retrocessos, precarização do trabalho e desintelectualização docente**. Movimento-Revista de Educação, Niterói, ano 6, n.10, p.91-120, jan./jun. 2019. Acesso em 03 de novembro de 2019.

DEMO, P. **Educar pela Pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Cortez. 2005

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Professora, sim; Tia não. Cartas a quem ousa ensinar**. 28ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2019.

GREGOSKI, Leila Pereira. DOMINGUES, Terezinha M^a Rossi. **O Professor Reflexivo Sobre Sua Prática E A Pesquisa**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 12, Vol. 06, pp. 86-96 Dezembro de 2018. ISSN:2448-0959

MARCHELLI Paulo Sergio. Base Nacional Comum Curricular e formação de professores: o foco na organização interdisciplinar do ensino e aprendizagem. REVISTA DE ESTUDOS DE CULTURA | Nº 7 | Jan. Abr./2017 Disponível em Acesso em: jun. 2017.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In. NÓVOA, A. (org.) Os Professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 2001.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores e suas contribuições para a reinvenção do trabalho docente, do espaço escolar e das políticas públicas**. GEPEFE – Grupo de estudos e Pesquisas sobre Formação do Educador – FEUSP. Texto apresentado no XII ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, realizado em Curitiba em setembro de 2004. Contrapontos - volume 5 - n. 1 - p. 09-22 - Itajaí, jan./abr. 2005.

SCHÖN, A Donald. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem. Porto Alegre: Artmed,2000.

TARDIF, Maurice. **O trabalho docente**: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humana.9. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acadêmicos 23, 27, 94, 128, 132, 133, 134, 136, 137

Adultização 180, 181, 184, 186

Agricultura familiar 67, 68, 69, 71, 72, 73, 214, 215, 219, 225

Alfabetização 16, 38, 39, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 135

Aprendizagem significativa 54, 64, 66

Avaliação 25, 26, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 51, 52, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 100, 122, 133, 138, 147, 199

B

Bullying escolar 96, 97

C

Capitalismo 156, 157, 163, 175, 176, 180, 200

Ciclo de políticas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

Coerção 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179

Comissão própria de avaliação 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95

Comunidade 15, 43, 47, 50, 54, 63, 76, 83, 85, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 105, 106, 111, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 149, 174, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 206, 207, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 224, 225

Comunidades quilombolas 187

Congos 187, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196

Contexto socioeconômico 180, 185, 186

Contrapoderes 75

Coordenador pedagógico 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116

Corrupção 54, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63

D

Direitos humanos 75, 85, 86

E

Educação do campo 67, 70, 72, 73

Ensino superior 22, 23, 25, 26, 28, 29, 31, 32, 33, 47, 88, 89, 90, 94, 95, 128, 129, 147, 150

Escolarização 52, 70, 72, 180, 182, 183

F

Formação continuada 11, 15, 47, 48, 51, 52, 53, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 131, 132, 136

Formação de professores 27, 28, 32, 46, 47, 49, 51, 115, 121, 126, 127, 132

G

Geografia cultural 187

I

Indisciplina 97, 99, 100, 101, 102, 103, 113

Instrumentos avaliativos 89, 92, 93

Interdisciplinaridade 54, 66

Invenção da infância 180, 181, 182, 183, 184, 186

J

Jornal 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 77, 78, 79, 80, 85, 87, 103, 154

L

Letramento 46, 51, 52, 53

M

Método de pesquisa 1, 6, 224

N

Nobert elias 97

P

Perspectivas epistemológicas 165

Planejamento estratégico 88, 89, 90, 91, 92, 93, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 208, 209, 210, 212, 220

Políticas educacionais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 36, 46, 53, 72

Professores 9, 10, 11, 13, 15, 16, 18, 19, 27, 28, 31, 32, 35, 41, 42, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 55, 59, 96, 97, 98, 99, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 131, 132, 133, 134, 136, 137, 139, 140, 141, 145, 147, 148, 187, 195, 217, 218, 219, 224, 225

Professor reflexivo 117, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 127

Projeto de extensão 128, 136, 137

S

Socialização 52, 96, 97, 100, 101, 171, 172, 174, 220

T

Tecnologias educacionais 54

Trabalho 4, 5, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 31, 32, 40, 41, 46, 47, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 88, 90, 92, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 141, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 156, 158, 167, 172, 175, 181, 185, 187, 189, 195, 199, 212, 213, 215, 216, 221, 224, 225

Trabalho docente 24, 49, 66, 104, 106, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 124, 127

U

Universidade 1, 8, 9, 12, 15, 21, 24, 25, 26, 28, 32, 33, 34, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 61, 67, 73, 74, 75, 87, 88, 90, 95, 96, 99, 102, 103, 104, 115, 117, 118, 128, 129, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 180, 181, 187, 195, 197, 207, 210, 213, 218, 227

V

Violência 18, 40, 58, 75, 76, 77, 80, 82, 83, 86, 87, 96, 97, 101, 102, 103, 135, 152, 160

 **Atena**
Editora

2 0 2 0